



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 23/03/16

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Gustavo NAMA

para relatar.

Em 28/03/16

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GAB. DEPUTADO GUSTAVO NEIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº. 23/2016, QUE:

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS DISCIPLINAS
DIREITO DO CONSUMIDOR E EDUCAÇÃO FINANCEIRA
NA GRADE CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DAS
ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO
DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição que objetiva a inclusão de disciplinas (direito do consumidor e educação financeira) na grade curricular de ensino da rede pública e privada no âmbito do estado do Piauí.

Para isso, o autor da proposição justificou, em síntese, a necessidade da garantia de uma sociedade mais informada sobre seus direitos e obrigações, sendo de fundamental importância o ensino dessas disciplinas aos jovens estudantes do nosso Estado. Lembrou também da dever estatal de promover o aprimoramento da educação.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Feitas essas considerações, passo a emitir parecer conforme determinado pelos arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno.

No caso presente, constata-se flagrante a usurpação de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo estadual, na forma do art. 75, §2º, III, b, da Constituição Estadual.

Importante ressaltar que não estamos analisando aqui a importância da matéria trazida a exame, não restando dúvidas que essas disciplinas seriam extremamente relevantes para o aprimoramento da qualidade do ensino em nosso estado.

Diante disso, em tempo, **transformo o presente projeto de lei em INDICATIVO DE PROJETO DE LEI**, nos termos do art. 114 do Regimento Interno.

Sendo assim, verificado os aspectos constitucionais, legais e da boa técnica legislativa, manifesto-me pela aprovação da proposição como INDICATIVO DE PROJETO DE LEI.

É o parecer.

11.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

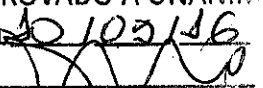
Pela aprovação como INDICATIVO DE PROJETO DE LEI (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 29 de abril de 2016.


Dep. GUSTAVO NEIVA
Relator

*# 1117
10/03/16*

APROVADO À UNANIMIDADE
em <u>10/03/16</u>

Presidente da Comissão de
<u>Justiça</u>

em Indicativo de Lei